

## **Turismo e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó – Pará**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Goretti da Costa Tavares<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O turismo enquanto temática vem se constituindo não só como preocupação de políticas públicas, mas também como objeto de reflexão e análise de diversos campos do conhecimento. A Geografia tem buscado contribuir para o debate e avanço teórico-metodológico desse saber específico uma vez que o desenvolvimento de ações nessa área envolve o uso de territórios e lugares.

Na realidade brasileira, os debates e reflexões que dominaram o campo epistemológico da geografia relacionado ao turismo na década de 1950 até início dos anos de 1990, estiveram voltados, de um lado para o planejamento e dimensões quantitativas, de outro para os impactos que as atividades turísticas provocavam nos recursos ambientais e nos modos de vida das populações locais. A partir de meados da década de 1990, começou a ocorrer uma mudança nessa produção do conhecimento. No que refere a geografia brasileira, começou a haver uma preocupação mais efetiva com a questão do aprofundamento teórico, conceitual e metodológico do turismo sob a ótica da ciência geográfica.

Considera-se que as políticas e o planejamento do território para a dinamização do turismo, enquanto atividade humana que coloca em jogo o território e as relações das sociedades com a natureza, não podem ser formulados sem levar em conta o contexto, as práticas ambientais e os saberes de atores sociais presentes nos territórios recortados para a implantação de ações voltadas para o turismo. Portanto, este estudo estuda a política e o planejamento de territórios voltados para o turismo buscando perceber como a perspectiva de um planejamento territorial sustentável e o processo de mobilização dos grupos sociais tem sido considerado na formulação de políticas e do planejamento territorial voltada para o turismo.

De fato, são inúmeras as comunidades amazônicas, que apesar de habitarem territórios que são apropriados para as práticas turísticas, continuam à margem dos processos e práticas deste setor, e quando absorvidos, sem qualificação, ou, ainda, mesmo qualificados no contexto de suas culturas e saberes locais, não sabem o que fazer diante dos valores externos voltados para o mercado.

Segundo dados do PNUD, o arquipélago do Marajó, um dos territórios paraense que exerce maior atração no imaginário do turista nacional e internacional, é onde estão concentrados os menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Dos 16 municípios que fazem parte da região do Marajó, apenas Souré (18°), Salvaterra (23°) e Cachoeira do Arari (58°) têm posição em relação aos outros municípios paraenses menos crítica que os demais, pois Melgaço ocupa a última posição nesse *ranking*.

---

<sup>1</sup> Concluiu a graduação em Licenciatura Plena em Geografia em 1988 pela Universidade Federal do Pará. Concluiu o Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992 e o Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1999. Realizou Pós-doutorado no Laboratório MIT (Mobilités, Itinéraires, Tourismes) no Instituto de Geografia da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, Paris-França (2006 - 2007). Atualmente é Professora Associada 1 da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: [mariagg29@gmail.com](mailto:mariagg29@gmail.com) e [goretti@ufpa.br](mailto:goretti@ufpa.br)

Os sítios arqueológicos, as ruínas do período da colonização que ainda são possíveis de ser encontrados no arquipélago, a produção de cerâmica marajoara que também vem perdendo qualidade e mercado em face da falta de incentivo e a formação continuada dos artesãos, são elementos que têm sido pouco valorizado como atrativos turísticos no planejamento territorial voltado para o turismo. A falta de incremento de tecnologias que permitam o desenvolvimento de alternativas econômicas e agregação de valores em produtos da floresta de baixo impacto ambiental, que reflita a diversidade cultural e saberes tradicionais também é um fator de exclusão das comunidades locais.

Esses dados revelam um cenário de exclusão local e de distanciamento de uma política de desenvolvimento territorial local, em que de fato o turismo possa contribuir efetivamente para a equidade e sustentabilidade socioeconômica. Tal fato se coloca como um elemento importante à necessidade de uma participação efetiva das Universidades em projetos coletivos e interinstitucionais, que possibilitem a inserção dessas comunidades, viabilizando não só o acesso, mas também a sua participação nas tomadas de decisões.

A temática de estudo que tem como recorte espacial o Arquipélago da Ilha do Marajó, localizado no norte do Brasil que não foi impactado por grandes projetos, minero-metalúrgicos e rodoviários, e que tem a sua natureza, considerada exuberante, pouco modificada e a sociedade que ocupa este território, é caracterizada como tradicional, constituída em sua maioria pelo caboclo amazônico. O Arquipélago tem sido alvo nas últimas décadas de ações de políticas públicas voltadas para o turismo, principalmente na modalidade do Ecoturismo, dado a exuberância de sua natureza. No entanto, o arquipélago constitui-se uma das regiões mais pobres social e economicamente da Amazônia brasileira, em que seus 13 municípios possuem os índices mais baixos de IDH do Estado do Pará. Diante deste contexto questiona-se: As ações para o desenvolvimento do turismo tem contribuindo para o desenvolvimento sócio-espacial do arquipélago?

Nesse sentido este estudo pretende fazer um diagnóstico sobre o planejamento e as políticas voltados para o turismo no arquipélago do Marajó, analisando como a perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável e o processo de mobilização dos grupos sociais tem sido considerado em suas formulações.

Com este estudo busca-se analisar as iniciativas no domínio do turismo sobre o espaço amazônico, lançando um olhar sobre as condições geográficas e socio-econômicas e a realidade das práticas turísticas, assim como, avaliar o papel das políticas de planejamento do turismo, a fim de subsidiar a ação pública em uma perspectiva de desenvolvimento durável dos territórios.

**Palavras-chave:** Planejamento Territorial, Turismo, arquipélago do Marajó.

Eixo temático 8: Mobilidade da população e Identidade Cultural

Eixo temático 5: Dinâmica urbana

## 1. A Amazônia como objeto de estudo:

A Amazônia sempre foi reconhecida e definida como uma região natural, onde o equilíbrio entre homem e natureza gerou símbolos tais como: “inferno verde”, “pulmão do mundo”, “floresta exuberante”, entre outros que foram perpetuados ao longo dos quatro últimos séculos por viajantes, estudiosos, botânicos e naturalistas.

A partir das décadas de 1940 e 1950, o governo federal vislumbrando o desenvolvimento do interior e das regiões brasileiras, instalou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que ultrapassou os limites administrativos da região norte, abrangendo o norte de Mato Grosso e Goiás e o noroeste do Maranhão. Com a criação da SUDAM ficou estabelecida uma nova região dentro da região amazônica, objetivando o “**desenvolvimento**” e o planejamento regional, que promoveu a criação de rodovias, o estímulo à imigração, a liberação de incentivos fiscais e a instalação de grandes projetos agrícolas, minerais e hidrelétricos que interligaram a região ao centro-sul e ao capital multinacional.

Essa intervenção estatal na região provocou uma nova dinâmica sócio-espacial. A região-planejamento ao se superpor à região natural promoveu um processo dinâmico e contraditório no contexto da relação sociedade natureza; a natureza já não se apresenta intocável e nem em equilíbrio perfeito com o homem e o homem não se encontra em equilíbrio com os outros homens. Há uma justaposição de degradação da natureza e de desigualdades sociais, que dão forma a territorialidades múltiplas, diferenciadas e contraditórias no espaço amazônico. A pretensa unidade regional em torno da natureza “caducou” com a dinâmica dos processos de apropriação que passaram a ocorrer na Amazônia ao longo desse processo histórico em contínuas reformulações.

É evidente que com o avanço da técnica e das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram no espaço mundial e da própria leitura da natureza e de sua relação com a sociedade a partir do dinamismo das relações, instigou este repensar. Assim sendo, não é mais viável para a leitura do real pensar-se em regiões naturais, pois a sociedade de alguma forma já se apropriou de todo o espaço terrestre, aparecendo agora como elemento central deste processo, já que pensa, planeja e apropria-se do espaço terrestre para os mais variados fins.

Essa intervenção estatal na região provocou uma nova dinâmica sócio-espacial. A região-planejamento ao se superpor à “região natural” promoveu um processo dinâmico e contraditório no contexto da relação sociedade natureza; a natureza já não se apresenta intocável e nem em equilíbrio perfeito com o homem e o homem não se encontra em equilíbrio com os outros homens. Há uma justaposição de degradação da natureza e de desigualdades sociais, que dão forma a territorialidades múltiplas, diferenciadas e contraditórias no espaço amazônico. A pretensa unidade regional em torno da natureza “caducou” com a dinâmica dos novos processos de apropriação e uso de recursos naturais que passaram a ocorrer na Amazônia ao longo desse processo histórico em contínuas reformulações.

Com o avanço da técnica e das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram no espaço mundial e da própria leitura da natureza e de sua relação com a sociedade a partir do dinamismo das relações, instigou este repensar. Assim sendo, não é mais viável para a leitura do real pensar-se em regiões naturais, pois a sociedade de alguma forma já se apropriou de todo o espaço terrestre, aparecendo agora como elemento central deste processo, já que pensa, planeja e apropria-se do espaço terrestre para os mais variados fins.

Nesse sentido, ao tomar-se a Amazônia como objeto de estudo, assume-se como perspectiva político-metodológica de que não cabem mais estudos isolados sobre a sua posição geográfica, limites; elementos da natureza, clima, vegetação, relevo, exaltando a exuberância da floresta e do rio com maior volume de água do mundo; a sociedade como mero dado populacional absoluto e relativo e suas etnias; a produção econômica, exaltando os principais produtos produzidos, cultivados ou extraídos na região. O entendimento é de que se trata de uma região em que a dicotomia entre natureza e sociedade tem que ser superada, apreendendo-se as multidimensionalidades, diferenciações e especificidades das territorialidades existentes, assim como suas diferenças culturais e contradições sociais.

## **2. Turismo e Ecoturismo na Amazônia Brasileira.**

O turismo, na visão de Knafou (1999, p. 71), é uma atividade multiforme que evoca a um só tempo uma atividade humana e social atualmente fundamental, no mesmo sentido, De La Torre (1994) é enfático ao tratar das múltiplas inter-relações de relevância econômica, cultural e social imersas no turismo, o qual corresponderia ao deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos, do seu local de residência habitual para outro, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde.

O *lócus* de atração do ecoturismo pressupõe um ambiente onde o espaço é vivido, sentido e marcado por uma afetividade que, segundo Tuan (1980), revela o apego a terra, a familiaridade e o amor pelo lugar cuja natureza desperta e produz sensações capazes de tornar seus moradores profundamente conscientes de sua beleza e da necessidade de manejo adequado de seu ambiente. Num esforço de análise que tendencie a uma percepção do turismo ecológico como totalidade diferenciada dos outros movimentos turísticos, vislumbra-se a possibilidade da captação da interação entre o natural e o social através do vivido, das relações que ligam o homem a um certo meio e que nele e com ele imprimem sua materialidade.

É nessa relação que se deve pautar o ecoturismo, renegando intervenções impositivas sem, no entanto negar o acesso das populações tradicionais às inovações técnicas, o vivido não é um museu vivo, como nos lembra Figueiredo (1999), onde se deva transformar qualquer curiosidade humana das comunidades visitadas em atração “circense” e atribuir-lhe um valor monetário, ou ainda onde em nome do preservacionismo, deva ser mantido estático, a-histórico. A cultura relata Santos (1999), é uma herança, mas também um re-aprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.

Na prática, no entanto, é impossível negar a mercantilização da natureza e da cultura, consideradas as principais matérias para o turismo ecológico, mesmo enquanto espaço vivido. Contudo ao se partir da análise de Aulicino, para quem “O turismo deve constituir-se numa atividade centrada no homem, no ser humano no enriquecimento cultural do visitante, através do fortalecimento cultural de quem o recebe” (1997, p.41), pode-se compreender a força do espaço vivido, não só, mas, fundamentalmente, para o turismo ecológico.

Segundo Diegues (1996), os aspectos culturais das populações tradicionais resultam de uma interação dialética das relações homem/meio, sendo essa interação enaltecida pelos planejadores e pelos operadores do turismo ecológico, que buscam envolver a população no desenvolvimento dessa atividade exacerbando seus aspectos

culturais mais pitorescos. Mesmo para Fenell (2002), a quem os aspectos culturais são pano de fundo no turismo ecológico, de fato a abordagem da relação homem/meio pode contribuir com a gestão turística dos ecossistemas quando apresenta uma compreensão histórica que seja significativa e atraente a uma ampla gama de cidadãos e, assim, para complementar a visão daqueles que são atraídos ao turismo ecológico apenas por sua perspectiva biológica ou científica. Para López (2001) essa compreensão torna possível focalizar o turismo e suas várias ramificações sob a égide das trocas compartilhadas:

O turismo permite e coloca em circulação as várias relações entre as pessoas e suas nações, ampliando o leque dos amigos, conhecidos e também dos signos e símbolos compartilhados entre esses. Isso não significa que essa abordagem desconsidere as relações de dominação [...] Contudo, focalizando a questão sobre as trocas compartilhadas, entre turistas e moradores [...] (OP. CIT., p. 81)

De acordo com Fenell (2002) não poderá ocorrer uma gestão humana eficaz dos ecossistemas por meio do ecoturismo sem uma clara compreensão do lugar das pessoas no contexto deles. O lugar apresenta-se como dimensão única, socialmente concreta, onde os fenômenos sociais são agregados em organizações comunitárias que resistem ao processo de individualização por meio de um acontecer solidário, cujo prolongamento ao longo do tempo, gera um sentimento de pertencimento. O ecoturismo não pode prescindir a existência dessa instância social - o lugar, pois é nela que se constrói as relações de ambientalidade, promovidas pelo movimento de cooperação e seus “esboços simbólicos” (SANTOS, 1999, p. 266).

Os “esboços simbólicos” revelam faces da identidade cultural de um povo, as identidades organizam significados e esses a identificação simbólica que marca o espaço vivido desse povo, ao internalizar os significados, seus sujeitos, abarcam a totalidade da universalidade e nela se descobrem como singularidades. A identidade cultural é arquitetada por categorias valorativas que, como admite Azevedo (1997, p.163), constituem-se por: 1. valores peculiares individuais – hábitos, idéias e reações emocionais; 2. valores alternativos – caracterizado por representarem reações diferentes frente a uma mesma situação (técnica de ensino, religião, etc.); 3. valores como especialidades – reconhecido no curso de sua divisão do trabalho que embora não sejam eles próprios partilhados pela sociedade, os benefícios deles emergentes o são; 4. Valores universais - pertence abaixo do nível de consciência, como a língua, padrão de moradia e costumes, formas ideais de relacionamento.

É nesse contexto que a cultura particular de uma população – cultura popular, vivenciada num espaço que simboliza o próprio homem, onde as relações são limitadas segundo Santos “por uma interação profunda entre o homem e seu meio”, e, portanto, “encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar” (1999 p.268) - deve ser apreendida pelo ecoturismo, fazendo evidenciar os mosaicos culturais resultantes das inúmeras relações mútuas e das adaptações dos organismos ao meio, sem coisificá-los que, no dizer de Diegues, não representam “uma submissão às imposições da natureza, mas como uma correlação de ampliação de seus efeitos positivos e a atenuação de seus efeitos negativos” (1996, p. 76).

Todos os caminhos conduzem a uma percepção nítida de que a exploração turística dos recursos ambientais revela em primeiro lugar a prestação de um serviço, cujo objetivo final é, sem dúvida, o lucro, mas também, a uma percepção de que não se

pode reduzir exclusivamente à mercadologia a vida das populações, principalmente das tradicionais, a qual se assenta em alicerces mais profundos, conforme relata Azevedo (1997), em pilares da cultura que respondem pela afirmação da sua respectiva identidade sem se fechar a outras contribuições. Para Lópes (2001) a base não-mercadológica dos movimentos turísticos revela-se na demonstração de orgulho dos moradores das áreas receptoras, ou seja, dos sentimentos, significados e privilégios que esses identificam a sua pertença ao lugar e a pertença desse ao mundo.

### 3. As Políticas de Turismo no Estado do Pará: o Arquipélago da Ilha do Marajó.

Com o advento do Programa de Regionalização do Turismo, os estados brasileiros foram demandados a apresentar ao Ministério do Turismo – Mtur- suas regiões turísticas. No caso do Pará, a oficina referendou as regiões já definidas no Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, a saber: Xingu, Tapajós, Belém, Amazônia Atlântica, Araguaia-Tocantins e Marajó. A concepção do Programa de Regionalização do Turismo, no âmbito do Ministério do Turismo (BRASIL, 2004, p.9), deve ser entendida como uma proposta cujo objetivo é

transformar as ações, antes centradas nos municípios, em uma política pública mobilizadora, capaz de promover mudanças por meio de um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada no Brasil.

O arquipélago do Marajó é composto por 14 municípios, constituindo em termos de promoção turística, o pólo turístico do estado do Pará com maior visibilidade no mercado. No entanto, as ações turísticas para o arquipélago restringe-se aos municípios de Soure e Salvaterra, pois o roteiro Amazônia do Marajó, apresentado pelo Governo do Estado do Pará, através da Paratur, para comercialização no âmbito das ações promocionais do PRT só contempla aqueles dois municípios. Pode-se observar abaixo o quadro de sinalização do pólo turístico que está localizado na cidade de Soure, considera a porta de entrada da ilha, pela sua facilidade de acesso via fluvial a partir da capital, Belém.



**Figura n. 1. Sinalização do Pólo Turístico do Marajo no município de Soure, considerado a porta de entrada ilha.**

Fonte: Maria Goretti Tavares (abril, 2006)

Observa-se que assim como para toda a Amazônia, no Marajó as ações estão direcionadas para o ecoturismo com algumas tentativas de inserir o potencial cultural do arquipélago, como é o caso dos Jogos de identidade cultural do Marajó, promovidos em novembro de 2005, conforme a figura abaixo.



**Figura n. 2. Cartaz de divulgação dos Jogos de Identidade Cultural do Marajó, realizado na cidade de Soure.**

Fonte: Maria Goretti Tavares (outubro, 2005)

O arquipélago, apesar de ter sido eleito como um dos pólos das ações turísticas do estado possui uma configuração sócio-econômica das mais precárias em toda a região. Tomando como exemplo, os dados do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, observa-se que os municípios apresentam baixo índice de IDH (ver figura n. 3). Nesse sentido, as políticas de turismo devem buscar inserir a sociedade destes municípios, de forma, que permita melhorias nas condições sociais e econômicas locais. Portanto, devem ocorrer de forma integrada com outras políticas (saneamento, educação, habitação, por exemplo), buscando integrar não apenas o capital natural, mas, sobretudo, o capital social e cultural, que é diverso e extremamente rico na região. É importante ressaltar que as ações do turismo não podem também estar direcionadas para um único tipo de turismo, o ecoturismo, já que a ilha apresenta uma grande potencialidade para o turismo cultural, gastronômico e histórico, como se pode observar na figura n. 4.



Fonte: Amazônia em Outras Palavras (dezembro, 2005)



Figura n. 4. Ruínas Jesuíticas do século XVII, localizadas na localidade de Joanes, município de Salvaterra

Fonte: Maria Goretti Tavares (abril, 2006)



Nesse sentido, preliminarmente pode-se afirmar que as políticas direcionadas para o arquipélago do Marajó, ou o Pólo Marajó, são ainda bastante pontuais e direcionadas para a valorização apenas da natureza, sem a inserção do homem. Portanto, o desenvolvimento não se caracteriza pela inserção social e econômica que busque a justiça social e equidade e a participação da sociedade local. Por outro lado, as ações são pontuais por se direcionarem a apenas um tipo de turismo e não inserirem, por exemplo, o turismo histórico e cultural, e não estarem integrado com outros setores do planejamento, como por exemplo, educação, saúde, saneamento, qualificação de mão de obra e outros.

#### **4. Algumas considerações preliminares:**

O turismo no estado do Pará apesar dos passos que tem dado no sentido de divulgar as suas potencialidades territoriais atrativas para a dinamização turística, ainda não alcançou o patamar de contribuição efetiva para o desenvolvimento local. As suas ações têm se dimensionado, também, como outra forma de exclusão, seja porque reduz suas práticas aos atrativos naturais, seja porque não tem oportunizado às populações locais espaços para participação de seus saberes, ou por ter deixado de incorporar o patrimônio histórico, arqueológico e cultural dos lugares.

Trata-se de processos que tem assumido no espaço amazônico formas de territorialidades múltiplas, diferenciadas e contraditórias que se acompanham de uma degradação dos meios, de conflitos de uso e de novas desigualdades sociais.

A partir das breves das considerações iniciais colocadas neste artigo, observa-se no que se refere às questões estabelecidas no início do texto:

- a) Não basta apenas identificar as potencialidades turísticas, é necessário torná-las dinâmicas e concretas ao nível local, ou seja, não basta apenas identificar o “capital natural” existente;
- c) As ações devem estar direcionadas para a integração do “capital natural e sócio-cultural”, respeitando a diversidade social, econômica e cultural;
- d) As ações no setor de Turismo para no arquipélago do Marajó não têm se dado de forma integrada entre poder público e sociedade local, estando voltada para projetos ecoturísticos de *resorts* e pontuais;
- f) O reconhecimento e a inserção das lideranças locais devem estar inseridos na elaboração de ações pelo poder público.

#### **5. Referencial Bibliográfico:**

- AULICINO, Madalena Pedroso. Turismo e Estâncias: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 1992.
- DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DE LA TORRE, Ó. (1994) *El turismo – fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica.
- FENELL, D. A. (2002) *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). (1999) *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém:UFPA/NAEA.
- FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999a.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém:UFPA/NAEA,1999b.

KNAFOU, R. (1991) *L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire*. Revue de Géographie Alpine, n. 4.

\_\_\_\_\_(1996) *Turismo e território – por uma abordagem científica do turismo*. In: Rodrigues, A. A. B. (Org.). *Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: Hucitec, p. 627-650.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.